



IGeFE Instituto de Gestão
Financeira da Educação, I.P.

PROCEDIMENTO N.º 29/2021/IGeFE

CADERNO DE ENCARGOS

**RENOVAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOUSING NO *DATACENTER* IP
TELECOM, LOCALIZADO NO PARQUE DAS NAÇÕES PARA A NOVA
INFRAESTRUTURA INFORMÁTICA DO IGEFE, I.P.**

(Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Código dos Contratos Públicos,
na sua atual redação)

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.
Núcleo de Contratação Pública
Departamento de Administração Geral e Contratação Pública

Parte I
Cláusulas Jurídicas

Clausula 1.^a

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a renovação dos serviços de *Housing* no *Datacenter* IP Telecom, localizado no Parque das Nações para a nova infraestrutura informática do IGeFE, I.P., de acordo com as especificações técnicas descritas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. O presente procedimento insere-se no CPV 72514000-1: Serviços de gestão de instalações informáticas, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Cláusula 2.^a

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.), sita na Avenida 24 de julho, n.º 134, 1399 – 029 Lisboa.

Cláusula 3.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quando existam ajustamentos propostos de acordo com o previsto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto do artigo 101.º do mesmo diploma.

Cláusula 4.^a

Preço base

1. O preço base fixado nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 47.º do CCP, é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela renovação dos serviços melhor identificados na parte II do presente caderno de encargos, sendo definido em € 120.600,00 (cento e vinte mil e seiscentos euros), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um total de € 148.338,00 (cento e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e oito euros).
2. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, foi baseada numa consulta preliminar ao mercado efetuada pelo IGeFE, I.P., tendo respondido à mesma, duas empresas, encontrando-se as respetivas propostas informais anexas ao procedimento aquisitivo.
3. O preço base definido no n.º 1 da presente cláusula, considera o período máximo de duração do contrato, incluindo a eventual renovação do mesmo, conforme previsto na Cláusula 7.^a do presente Caderno de Encargos, prevendo-se que a despesa seja repartida da seguinte forma:

	2021	2022	Total 2 anos
Valor s/ IVA:	€ 60.300,00	€ 60.300,00	€ 120.600,00

Cláusula 5.^a

Preço contratual

1. Pela renovação dos serviços identificados na cláusula 1.^a, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, nomeadamente, as despesas com deslocações e meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 6.^a

Condições e prazo de pagamento

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento de todas as prestações abrangidas pelo presente procedimento.
2. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a entrega das respetivas faturas, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.
3. As faturas deverão ser pagas, de acordo com o seguinte plano de pagamentos:
 - a) O montante correspondente a 50% do valor total adjudicado, com a assinatura do contrato;
 - b) O remanescente, correspondente a 50% do valor total adjudicado, na data da renovação do contrato que vier a ser celebrado, caso haja lugar à mesma.
4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante, é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
5. Não há lugar a quaisquer adiantamentos de preço, nem à revisão ou à atualização do preço contratual.
6. Em caso de discordância por parte do IGeFE, I.P. quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos motivos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas por transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário.
8. As faturas devem indicar, sob pena de nulidade, o número de compromisso que será indicado pela entidade adjudicante.

Cláusula 7.^a

Prazo de vigência do contrato

1. O contrato que vier a ser celebrado inicia a sua produção de efeitos a partir da data da sua assinatura e será válido por 1 (um) ano, com possibilidade de ser renovado por igual período, até ao limite máximo de 2 (dois) anos, caso não seja denunciado por nenhuma das partes, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias seguidos, sobre a data da renovação
2. Caso venha a operar-se a única renovação prevista no número anterior, deverá ter em conta que essa renovação não pode implicar a vigência do contrato, para além do dia 31 de maio de 2023, data em que cessarão impreterivelmente todos os seus efeitos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 8.^a

Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as especificações do presente caderno de encargos;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d) Comunicar à entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - e) Não alterar as condições da prestação de serviços previstas nas especificações do presente caderno de encargos;
 - f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua situação jurídica;
 - g) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução.

Cláusula 9.^a

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pela disponibilização dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o IGeFE, I.P., deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- b) Facultar toda a informação necessária à boa execução do contrato;
- c) Nomear um gestor de contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 10.^a

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário obriga-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no contrato a celebrar e a tratar como confidenciais todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários ou colaboradores que se encontrem envolvidos na presente renovação de serviços ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior, toda a informação gerada por força da execução do contrato que vier a ser celebrado, bem como todos os assuntos ou conteúdo de documentos que, por força de disposição legal, tenham de ser publicitados e/ou sejam do conhecimento público.

Cláusula 11.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias,

sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

É da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Cláusula 13.^a

Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência ao adjudicatário;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente



assinalado;

- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 14.^a

Comunicações e notificações

1. As notificações entre ambas as partes devem ser efetuadas pelos seguintes meios:
 - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por telecópia (fax);
 - c) Por carta registada com aviso de receção.
2. As notificações efetuadas nos termos da alínea a) do número anterior devem ser confirmadas por qualquer um dos meios previstos nas alíneas b) e c) no prazo de 2 dias.
3. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato só produzem efeitos após a notificação, nos termos previstos nos números anteriores.

Cláusula 15.^a

Extinção do contrato

São causas de extinção do contrato:

- a) O incumprimento;
- b) A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação;
- d) A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 16.^a

Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário pode resolver o contrato em caso de atraso, por parte da entidade adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas

que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25 % do preço contratual, excluindo juros.

3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a cessação das obrigações do adjudicatário relativamente aos serviços já prestados.

Cláusula 17.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

Não é permitida a cessão da posição contratual, nem a subcontratação, uma vez que a escolha do procedimento adotado é de ajuste direto com convite a uma única entidade, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 317.º do CCP, na sua atual redação.

Cláusula 18.^a

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

Cláusula 19.^a

Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos

Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as restantes disposições regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 21.^a

Serviços a prestar e especificações técnicas

1. O adjudicatário obriga-se perante a entidade adjudicante a prestar o serviço de *housing* em *datacenter* para a nova infraestrutura informática do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.
2. O serviço de *housing* abrangido pelo presente procedimento deve cumprir **obrigatoriamente**, as seguintes especificações técnicas:
 - a) Alojamento de 3 (três) bastidores 800x1200 em *Datacenter* IP Telecom;
 - b) Inclusão de 5.000 Kwh/mês de energia;
 - c) Bastidor 1: Monofásico /32A /4 circuitos;
 - d) Bastidor 2: Monofásico /16A /2 circuitos;
 - e) Bastidor 3: Monofásico /16A /2 circuitos;
 - f) Circuito principal dedicado a 10 (dez) Gbps entre a Avenida 24 de Julho e o *Datacenter* IP Telecom;
 - g) Circuito redundante dedicado a 1 (um) Gbps entre a Avenida 24 de Julho e o *Datacenter* IP Telecom;
 - h) Acesso dedicado à Internet a 2 Gbps com 16 IP's públicos;
 - i) Acesso 24/7 ao noc do *Datacenter* da IP Telecom para registo de incidentes;
 - j) Tempo de resposta para os serviços contratados de 4 (quatro) horas;
 - k) Disponibilidade do serviço de 99,95%.